



## **PREFEITURAS e ENTES PÚBLICOS**

### **Portfólio de Serviços**

*Recuperação de créditos, consultoria, assessoria jurídica, tributária e contábil para a Administração Pública.*  
Toda contratação observa a Lei nº 14.133/2021, por licitação, dispensa ou inexigibilidade conforme a natureza do serviço.

#### **1. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO E FINANCEIRO**

---

- I. **IRRF sobre pagamentos a fornecedores e prestadores** — Apropriação do IRRF sobre pagamentos a PF e PJ contratadas pelo município, cuja titularidade é do ente (STF, Tema 1.130/RE 1.293.453).  
Forma de contratação: Inexigibilidade
- II. **INSS patronal (RGPS) sobre verbas indenizatórias** — Restituição/compensação do INSS patronal pago a maior sobre parcelas não remuneratórias (terço de férias, aviso prévio, entre outras).  
Forma de contratação: Inexigibilidade
- III. **ICMS sobre demanda contratada de energia** — Restituição do ICMS pago sobre demanda de energia contratada e não efetivamente consumida nos próprios públicos (Súmula 391/STJ).  
Forma de contratação: Inexigibilidade
- IV. **Recuperação de receitas próprias não arrecadadas** — Identificação de ISS, ITBI e taxas não recolhidos ou recolhidos a menor pelos contribuintes, sem aumento de carga tributária.  
Forma de contratação: Licitação ou dispensa
- V. **Recuperação da dívida ativa** — Estruturação da cobrança, protesto de CDA e suporte à execução fiscal para reaver créditos já inscritos.  
Forma de contratação: Licitação ou dispensa
- VI. **Revisão de repasses e transferências** — Conferência de FPM, ITR, cota-parte do ICMS/IPVA e demais repasses, identificando diferenças a favor do município.  
Forma de contratação: Inexigibilidade

#### **2. CONSULTORIA E ASSESSORIA TRIBUTÁRIA E FISCAL**

---

**Reforma tributária (IBS/CBS)** — Planejamento da transição, capacitação e adequação de sistemas ao novo modelo (EC 132/2023 e LC 214/2025), com 2026 como ano de testes.  
Forma de contratação: Inexigibilidade

**Atualização do Código Tributário Municipal** — Revisão e modernização do CTM para conformidade com a EC 132/2023, transação tributária e novas regras de arrecadação.  
Forma de contratação: Inexigibilidade

**Recadastramento imobiliário e Planta Genérica de Valores** — Atualização cadastral e da PGV para correção da base de cálculo de IPTU e ITBI.  
Forma de contratação: Licitação ou dispensa



**Incremento da arrecadação do ISS** — Estudo dos serviços tributáveis e revisão de alíquotas e base de cálculo conforme a LC nº 116/2003.

Forma de contratação: Licitação ou dispensa

**Implantação da NFS-e e modernização fiscal** — Apoio à adesão à Nota Fiscal de Serviço eletrônica nacional e à informatização da gestão tributária.

Forma de contratação: Licitação ou dispensa

**Programa de recuperação fiscal e transação tributária** — Estruturação de REFIS municipal e de acordos de transação para regularização de devedores e ingresso de receita.

Forma de contratação: Inexigibilidade

**Revisão de benefícios e incentivos fiscais** — Análise de legalidade, impacto orçamentário e renúncia de receita à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Forma de contratação: Inexigibilidade

**Regularidade previdenciária do RPPS** — Apoio ao CRP, adequação do regime próprio e parcelamento de débitos previdenciários.

Forma de contratação: Inexigibilidade

### 3. ASSESSORIA E CONSULTORIA CONTENCIOSA (JURÍDICA)

---

**Contencioso tributário administrativo e judicial** — Defesas, recursos e ações para recuperação de créditos e proteção da arrecadação municipal.

Forma de contratação: Inexigibilidade

**Defesa em execuções fiscais e ações de cobrança** — Patrocínio do município em demandas de cobrança e na defesa do erário.

Forma de contratação: Inexigibilidade

**Assessoria em precatórios** — Estratégia de compensação de precatórios com débitos inscritos em dívida ativa e gestão da ordem cronológica.

Forma de contratação: Inexigibilidade

**Licitações e contratos administrativos** — Consultoria e assessoria sob a Lei nº 14.133/2021 — editais, pareceres, impugnações e gestão contratual.

Forma de contratação: Inexigibilidade

**Convênios e transferências voluntárias** — Assessoria na captação, formalização e prestação de contas de convênios e recursos voluntários.

Forma de contratação: Inexigibilidade



## 4. GESTÃO DAS CONTAS PÚBLICAS E DIAGNÓSTICO FISCAL

---

**Diagnóstico tributário e fiscal** — Levantamento técnico das receitas e recolhimentos do ente, para identificar créditos e oportunidades.

Forma de contratação: Inexigibilidade ou licitação

**Revisão de folha de pagamento e encargos** — Análise das incidências previdenciárias e de Imposto de Renda sobre a folha, com identificação de recolhimentos indevidos.

Forma de contratação: Inexigibilidade ou licitação

**Adequação à Lei de Responsabilidade Fiscal** — Apoio ao controle dos limites de despesa de pessoal e de endividamento.

Forma de contratação: Inexigibilidade

**Apoio à prestação de contas** — Suporte ao envio de informações ao SICONFI, SIOPE e SIOPS e ao relacionamento com o Tribunal de Contas.

Forma de contratação: Licitação ou dispensa

**Redução de despesas correntes** — Revisão de contratos de energia, telecomunicações e combustível para corte de custos da administração.

Forma de contratação: Inexigibilidade ou licitação

**Compliance e gestão governamental** — Implantação de controles internos, integridade e governança na administração pública.

Forma de contratação: Inexigibilidade

**LGPD no setor público** — Adequação do ente à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Forma de contratação: Inexigibilidade

## 5. CONTABILIDADE PÚBLICA

---

**Contabilidade aplicada ao setor público** — Escrituração e demonstrações conforme PCASP/MCASP, no formato presencial ou on-line.

Forma de contratação: Licitação ou dispensa

**Encerramento de exercício e balanço** — Apoio ao fechamento contábil e à elaboração das peças de prestação de contas anuais.

Forma de contratação: Licitação ou dispensa

---

*Documento de apresentação.*

*Escopo e forma de contratação de cada serviço são confirmados em diagnóstico prévio, conforme a estrutura do município e a legislação vigente.*